

O caminho brasileiro à uberização como resultado de um Estado neoliberal comprometido com as finanças

Ana Flavia Silva de Oliveira^{1*}

Danilo Augusto da Silva Horta^{2**}

Antonio Neto Monteiro de Moura^{3***}

Resumo: Dedicar análises políticas e econômicas ao tema trabalho se torna cada dia mais imprescindível graças ao avanço do movimento de uberização, que vem tomando forma como uma categoria de trabalho extremamente precarizada. Este artigo contribui para a investigação dos elementos constituintes do processo de uberização. Dentre eles destacamos os alicerces da luta de classes, principalmente no que tange à ação dos sindicatos, articulada ao Estado, que dirige-se a minar a resistência trabalhadora frente às pressões do capital. Assim o fez com a reforma trabalhista de 2017 no Brasil, que, concomitantemente a uma atuação ativa da economia brasileira na ordem da financeirização, revela os benefícios historicamente dedicados aos interesses das finanças por parte do Estado, movendo-se preparado pela ideologia neoliberal para derrubar os direitos conquistados pela classe trabalhadora em prol dos seus objetivos. Portanto, entendemos que há uma lógica na realização da retroalimentação dessas forças que induzem a um discurso de autonomia dos trabalhadores, mas que esconde a negação de direitos e precarização do trabalho.

Palavras chave: neoliberalismo; financeirização; Estado; uberização; precarização do trabalho.

The Brazilian process to "uberization" as a result of a neoliberal State committed with the finances

Abstract: Dedicating political and economic analyzes to the theme of work is becoming indispensable essential thanks to the advance of the uberization movement, which has been taking shape as an extremely precarious category of work. This article contributes to the investigation of the constituent elements of the uberization process. Among them, we highlight the foundations of the class struggle, mainly with regard to the action of the trade unions, articulated to the State, that aims to undermine the laborer resistance in the face of capital

^{1*} Graduanda em Ciências Econômicas pelo IERI/UFU e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Capitalismo Contemporâneo (CaCo-IERI/UFU). E-mail: ffaoliveira@gmail.com

^{2**} Graduando em Relações Internacionais pelo IERI/UFU e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Capitalismo Contemporâneo (CaCo-IERI/UFU). E-mail: danilosilvahorta@gmail.com

^{3***} Graduando em Ciências Econômicas pelo IERI/UFU e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Capitalismo Contemporâneo (CaCo-IERI/UFU). E-mail: cidadanodelmundo1055@gmail.com

pressures. As it did with the Brazilian labor reform in 2017, which concomitantly, in a logic in which the Brazilian economy acts entirely active in the order of financialization, reveals the benefit historically dedicated to the interests of finance, on the part of the State, moving prepared by neoliberal ideology, to overthrow the rights conquered by the working class in favor of its objectives. Therefore, we understand that there is a logic in the realization of feedback from these forces that induce a discourse of laborers' autonomy, but that hides the denial of rights and precariousness of the forms of labor.

Keywords: financialization, neoliberal, State, uberization and precarious work

Introdução

Esse trabalho tem por objetivo iniciar uma investigação sobre os alicerces que permitiram o progresso de uma nova forma de trabalho, a uberizada. Pressupõe-se a uberização como o movimento crescente adotado por inúmeras empresas-aplicativo, original da empresa Uber, que, como maior característica, tem a imagem de promover “autonomia” dos trabalhadores, já que atua como intermediário entre quem trabalha e quem demanda o serviço, mas sem considerar um vínculo empregatício de responsabilidade entre o trabalhador e a empresa-aplicativo.

Dito isso, por trás do termo uberização, que estamos usando como característico de uma forma de trabalho precarizada, moram muitas complexidades, além de que houve uma trajetória marcante das muitas forças que trabalharam para permitir o livre estabelecimento e adesão que hoje alcançam a sociedade brasileira. Portanto, vamos nos dedicar a tentar encontrar quais foram essas forças e quais papéis tiveram para o desenvolvimento desse processo.

Assim, nosso objetivo geral se encontra na busca por identificar as características da economia, do Estado e do trabalho que contribuíram para a precarização do último. Para isso, iniciamos a primeira seção com uma breve discussão em torno do papel da luta de classes no sistema capitalista, numa tentativa de delimitar os termos em que se dá o processo de trabalho. Em seguida, objetiva-se apontar como se estreitam a articulação do Estado no neoliberalismo e a luta de classes, indicando os efeitos negativos dessa relação para a classe trabalhadora.

Nesse quadro, faz-se necessário esclarecer que o pano de fundo da análise assume que a economia brasileira está hoje plenamente inserida na lógica financeirizada da acumulação de capital, por meio de uma inserção subordinada aos moldes do neoliberalismo. Isso nos leva à percepção de que a ação estatal toma como prioritária a garantia de avanço da financeirização, do interesse das finanças acima de quaisquer outras determinações, incluindo o trabalho. Tais

apreensões nos conduzem a propor que o processo de uberização encontra uma economia, um Estado, um mercado de trabalho e a sociedade como um todo prontos para sua configuração aos moldes do que hoje se apresenta. Desse modo, nas seções finais passamos a delimitar diretamente o que é e como funciona o processo de uberização, buscando desmistificar a venda de uma imagem positiva dessa ordem que tenta mascarar as relações de trabalho cada vez mais precarizadas.

1. Estado neoliberal e luta de classes

1.1. Capitalismo e luta de classes

A luta de classes é uma verdade enunciada por Adam Smith em “A Riqueza das Nações”, quando aponta que os interesses entre as diferentes classes sociais que compõem a sociedade “de modo algum são os mesmos”. De maneira que “os trabalhadores desejam conseguir o máximo e os patrões, dar o mínimo possível. Os primeiros estão dispostos a combinar para subir, os outros, para descer os salários do trabalho” (SMITH, 2017 [1776], p. 78). Sem embargo, a economia política burguesa sofre uma ruptura com Karl Marx, que, por intermédio de suas ideias, apresenta e descreve o caráter exploratório e expropriador de riqueza alheia do modo de produção capitalista. A mais-valia, resultado do trabalho não pago, função do trabalho excedente realizado pelos trabalhadores, é a fonte do lucro (MARX, p. 173-206, 2019 [1867]). Portanto, há razão para o conflito entre as diferentes classes nas relações de produção capitalistas.

Smith aponta ligeiramente em sua obra como a legislação e, assim, o Estado, são instituições que funcionam a favor dos empresários. Não obstante, Karl Marx supera a análise clássica, de modo que coloca em evidência que o Estado, como resultado das contradições das relações sociais, é o meio de manutenção das relações estabelecidas numa formação social que conserva o poder da classe dominante sobre a classe dominada. Com efeito, a respeito do modo de produção capitalista, o Estado burguês cria as condições ideológicas necessárias para a reprodução das relações de produção capitalistas, igualando juridicamente os agentes de produção, capitalistas e trabalhadores, e criando a base que restringe a organização dos trabalhadores, mediante a identificação das pessoas como indivíduos pertencentes ao Povo-Nação. Desse modo,

O Estado burguês, ao representar a unidade (vale dizer, proceder à unificação formal ou aparente) dos membros das classes sociais antagônicas no Povo-Nação, desempenha a função de neutralizar a tendência à formação de comitês de fábrica, sindicatos operários, partidos revolucionários; isto é, de atomizar os produtores

diretos, conservando-os num estado de massa (individualismo, concorrência no mercado de trabalho), e impedindo a sua constituição em classe social. (SAES, 1993, p 32)

Entretanto, essa tentativa de restrição se torna frustrada, na medida em que surgem os partidos políticos e organizações trabalhistas representantes da classe dominada, em virtude da organização intensiva dos trabalhadores com a finalidade de regulamentação da jornada de trabalho, das condições de trabalho e da garantia de salários. Assim, os trabalhadores iniciam uma série de reivindicações por direitos econômicos e políticos, baseados em sua única mercadoria, isto é, a força de trabalho.

A relação de poder entre capitalistas e trabalhadores é desigual, visto que quando os trabalhadores se veem expropriados dos meios de produção necessários para sua reprodução, sua única forma de se manterem vivos, é com a venda da força de trabalho. Enquanto, em contrapartida, os capitalistas que detêm tais meios, têm maior poder de negociação diante dos trabalhadores. Dessa maneira, estes últimos são praticamente obrigados a venderem seu esforço sob as condições impostas pelos capitalistas, sendo a sua organização o único modo de resistência frente às pressões do capital.

Nesse sentido, os sindicatos e os partidos políticos são os órgãos representativos da classe trabalhadora na esfera econômica e na esfera política. Ambas as instituições atuam indistintamente com o objetivo de combater os privilégios e abusos por parte da classe dos capitalistas. O Estado, sob essas circunstâncias, é essencial para lograr a transformação das condições socialmente predominantes, uma vez que a estrutura jurídico-política e suas respectivas instituições são o poder institucionalizado dele mesmo.

A luta de classes se estendeu e se complexificou conforme a expansão do modo de produção capitalista e suas respectivas transformações estruturais, que se sofisticam à medida que o processo de acumulação ampliada do capital, comandada pela classe capitalista, se articula para lograr a manutenção de expropriação de riqueza da classe trabalhadora, que produz valor, gerando novos modos de apropriação da mais-valia. Dessa maneira, as instâncias que compõem a sociedade mudam suas configurações conforme a tendência do capital, modificando substancialmente o *modus operandi* do modo de produção capitalista e a ideologia que permite a reprodução das relações sociais de produção. É seguindo essa perspectiva que prosseguem as discussões posteriores.

1.2. Estado neoliberal em atuação

A execução do princípio de desregulamentação do mercado de trabalho e o desmonte dos direitos sociais no neoliberalismo tem forte efeito negativo contra a classe trabalhadora. Essa que é alvo dos pensadores do neoliberalismo seriam, para estes, a raiz dos problemas econômicos que surgem no modo de produção capitalista.

Vamos resgatar a gênese prática do neoliberalismo. Para a sociedade de Mont Pèlerin, o Estado de bem-estar social era um inimigo da livre atuação dos agentes econômicos, porque, em virtude de suas políticas de seguridade social, “destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência” (ANDERSON, 1995, p.2), como também corrompia a moral do trabalho e o senso de responsabilidade individual das pessoas.

Devido aos problemas apresentados pela escola neoliberal, o Estado deveria passar por um processo de “enxugamento” e minimização de sua atuação na sociedade, na perspectiva de garantir o livre comércio, a livre iniciativa e o funcionamento de mercado autorregulável. A composição dessa ideologia apresenta contradições, uma vez que a reconfiguração do Estado não é de um “Estado mínimo”, mas um Estado capitalista sob outras formas de atuação.

Dessa forma, o uso do aparelho estatal para concretizar a ideologia neoliberal pelo bloco do poder das classes dominantes reafirma o que foi exposto no tópico anterior, na medida em que se articulam um conjunto de forças e ações políticas com a finalidade de manutenção e ampliação do poder econômico e político dos capitalistas. Um dos pontos defendidos por essa escola é que a organização dos trabalhadores em sindicatos e outros tipos de organizações é o fundamento do decréscimo da taxa de lucro e o limitante da acumulação capitalista, sendo suas reivindicações a causa do aumento dos gastos sociais pelo Estado.

Conforme todos os problemas apontados pela escola neoclássica sobre as crises e período de contração do processo de acumulação capitalista, a única solução viável era “manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p.2). A estabilidade monetária, um dos objetivos da política neoliberal, que poderia se concretizar com a reforma fiscal para a contenção dos gastos, seria uma sinalização para a livre iniciativa com o objetivo de incentivá-la, para lograr o crescimento econômico. Contudo, como afirma Anderson (1995), o neoliberalismo econômico em suas experiências históricas fracassou frente à sua finalidade de revitalizar o processo de acumulação capitalista, visto que não foi possível retomar os níveis de investimentos anteriores, assim, aumentando o desemprego e a pobreza.

Sem embargo, o êxito do neoliberalismo se encontra no aumento da taxa de lucro e enfraquecimento da classe trabalhadora, uma vez que desestrutura todas as conquistas jurídicas

adquiridas pelos trabalhadores. A flexibilização do mercado de trabalho aumenta o poder de controle dos capitalistas sobre os trabalhadores. Outros aspectos são a delimitação do alcance do poder da ação dos sindicatos ou até mesmo a repressão destes, quando o neoliberalismo opera em regimes autoritários. Postas essas configurações do Estado neoliberal, é irrefutável que sua atuação se dá em função dos interesses da classe dominante e dos blocos desta classe no poder. No atual contexto, esses grupos privilegiados são compostos principalmente pelo “bloco financista” nacional e imperialista.

2. A financeirização subordinada brasileira

Diante do que foi exposto, a partir daqui o texto se dedicará a entender as características de operação da financeirização como processo e nova fase capitalista, fortalecendo as bases para lograr a precarização do trabalho atualmente.

Dessa forma, entende-se o capitalismo como modo de produção que se preserva, mesmo que caracterizado por crises periódicas. Engendra-se daí o que inúmeros autores articulam como a nova fase capitalista, a ordem da financeirização das economias mundiais. O entendimento do termo financeirização, e dela como processo, perpassa o debate que a considera como um estágio do capitalismo em que se sobressalta a acumulação de capital na esfera financeira, portanto, onde o personagem à frente desse movimento é o capital fictício, o desdobramento do capital portador de juros (AMARAL, 2012).

Chesnais (1998) aponta que essa fase teve início entre os anos 1970 e 1980, quando “as forças políticas mais antissociais dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) engajaram-se no processo de liberalização, de desregulamentação e de privatização” (CHESNAIS, 1998, p. 193), materializando a chamada “revolução conservadora”, com destaque para os países governados por Thatcher e Reagan, representantes do Reino Unido (1979-1990) e Estados Unidos (1981-1989), respectivamente, promovendo o retorno da “supremacia do mercado”.

No que tange ao Brasil, a partir da abordagem de Paulani (2012), entende-se que o país inseriu-se na lógica financeirizada mundial de forma subordinada em fases, dispostas resumidamente no quadro 1. Assim, a inserção da economia brasileira numa conjuntura global de economias financeirizadas aparece apenas nas duas últimas fases de forma ativa, dentro de um curso histórico de cinco fases, sendo nas três primeiras de maneira passiva.

Quadro 1: Formas de inserção da economia brasileira no processo mundial de acumulação capitalista

	Momento na história do capitalismo	Forma de inserção da economia brasileira
Fase 1	Acumulação primitiva	Como objeto de espoliação do Centro
Fase 2	Consolidação do modo de produção capitalista	Como alavanca da acumulação no Centro ⁴ , produzindo matérias primas e alimentos baratos e sendo vítima da deterioração dos termos de troca
Fase 3 pós-1930	Indícios de crise de sobreacumulação no Centro	Como o mercado para investimentos industriais que começava a escassear nos países do Centro
Fase 4 pós-1970	Afirmação da crise de sobreacumulação (primeira etapa da financeirização)	Como a demanda por empréstimos que não existia em outros lugares, em tempos de recessão e crise mundial Inserção passiva na financeirização
Fase 5 pós-1990	Amadurecimento da financeirização (segunda etapa da financeirização)	Como plataforma internacional de valorização financeira e produtor de bens primários Inserção ativa na financeirização

Fonte: Elaboração própria com base em Paulani (2013).

Desta quinta etapa, o que mais nos importa compreender é que a economia brasileira insere-se na nova fase financeirizada do capitalismo já disposta em seus termos, portanto, determinando sua participação de forma subordinada aos países centrais e ao processo em si, mas agora de maneira ativa.

Desse modo, há de se destacar que é a partir da década de 1990 que a lógica neoliberal, já fixada em termos de políticas econômicas, passa a se sobressair ainda mais nas discussões do *mainstream* ao redor do mundo, ganhando força com o Consenso de Washington, ditando o chamado “ajuste estrutural” cujas políticas marcadas pela liberalização e desregulamentação passam a ser prometidas para os países periféricos pelas instituições supranacionais (FMI, Banco Mundial etc.), como via aos centros financeirizados do mundo, de modo a potencializar os processos de abertura comercial e financeira, fomentando uma circulação massiva e sem controle dos fluxos internacionais de capitais.

Nesse sentido, há uma mudança na direção do foco da financeirização no Brasil; no momento em que o acesso aos mercados internacionais se vê facilitado pela abertura, os ganhos inflacionários são substituídos pelas “altas rendas de juros proporcionadas pelo endividamento público interno, onerosamente financiado em termos de prazos e encargos” (CAFFÉ; BRUNO, 2017, p. 1058). Essa questão dos juros altos na intenção de atrair capital estrangeiro para o país é extremamente relevante, já que, junto com a dívida pública nunca amortizada, constitui as formas de expressão do capital fictício na economia brasileira (TEIXEIRA; FERREIRA, 2015).

2.1. O compromisso histórico do Estado brasileiro com o setor financeiro

⁴ Conceito de “deslocamento do centro dinâmico da economia”, de Celso Furtado.

Nessa perspectiva, parece relevante dedicar uma parte dessa discussão a falar do Estado, do papel dele dentro desse contexto que engloba as questões econômicas relacionadas ao trabalho e ao setor financeiro.

Caffé e Bruno (2017) se aprofundam em explicar como se deu a atuação do Estado nas etapas ativa e passiva de inserção subordinada do Brasil na sobreacumulação internacional do capital. Chegam à conclusão de que a atuação estatal entre os anos 1950 e 1980 conseguiu promover crescimento a partir da produção industrial. Desde então, passou a atuar sem a autonomia que tinha antes e, em função de instabilidade inflacionária, de dívida e do crescimento, se tornou subordinado às finanças. E que, por fim, com a abertura comercial e financeira somada à estabilidade monetária, passa a ser completamente subordinado à “hegemonia financeira”, ou seja, “a financeirização da economia brasileira estabelece limites estreitos para as ações do Estado, na medida em que o faz priorizar os interesses do capital à custa do social” (CAFFÉ E BRUNO, 2017, p. 1058), portanto definindo a atuação do Estado mais direcionada às finanças e ao capital do que ao trabalho.

Nesse mesmo sentido, Paulani (2010, p. 98) entende que o Estado é o grande potencializador e sustentador dos recursos rentistas interna e externamente, destinando os recursos reais da economia a esses setores, principalmente por conta dos altos juros praticados no fim da década de 1990 e anos 2000. Portanto, vê-se que “parte da mais valia extraída dos trabalhadores torna-se renda dos detentores de ativos fictícios emitidos por agentes domésticos”, tornando a classe trabalhadora também rentista.

Nessa perspectiva, ainda desejando compreender mais profundamente as relações Estado-economia, Caffé e Bruno (2017) repartem em seis os períodos de transformações qualitativas que impactaram o processo de desenvolvimento brasileiro:

Quadro 2: Fases das relações Estado-economia no Brasil

Períodos	Características das relações Estado-economia
1º período – 1930-1954	Promoção da perspectiva nacional-desenvolvimentista pelo Estado, criando condições para a acumulação de capital industrial, que vinha tomando espaço de importância na dinâmica nacional, mas sem deixar de assistir o setor agrário-exportador, além de promulgar a legislação trabalhista e sindical, mantendo assim controle da relação entre capital e trabalho.
2º período – 1955-1963	Primeira fase do “desenvolvimentismo associado ao capital estrangeiro”, difusão e consolidação fordista, articulado com o Estado trabalhando para a atração de capital estrangeiro via empréstimos e investimentos diretos, a fim de consolidar o Plano de Metas, mas também como agente na formação bruta de capital fixo, integrado capital público e privado, nacional e internacional.
3º período – 1964-1989	Segunda fase do “desenvolvimentismo associado ao capital estrangeiro, com seu apogeu e crise”, dado o aprofundamento da dependência externa, com destaque para reformas institucionais, monetária e a financeira,

	somando-se ainda com a transformação do Estado em Estado-empresário por conta da atuação das empresas estatais, sendo ele, assim, garantidor do capital financeiro privado.
4º período – 1990-2003	Primeira fase do “modelo neoliberal-dependente com inserção internacional subordinada aos mercados globais”, com fim do desenvolvimentismo e adotando a ideologia neoliberal da globalização.
5º período – 2004-2014	Segunda fase do “modelo neoliberal-dependente com inserção internacional subordinada aos mercados globais” numa onda de contradição que tentava associar acumulação de capital na esfera financeira com políticas sociais.
6º período – 2015-atualmente*	“Captura total do Estado pelos interesses da alta finança com sua ideologia neoliberal e busca de novos espaços de revalorização mercantil” consolidando no Brasil o regime fisco-financeiro.

Fonte: elaboração própria com base em Caffé e Bruno (2017).

*A análise dos autores aborda apenas o período de 2015 a 2017, mas nesse trabalho entendemos que há continuidade (para não dizer aprofundamento) dessas características da relação Estado-economia.

Para fazer valer nossa análise, vamos aprofundar a exposição apenas nos três últimos períodos tratados pelos autores, correspondendo aos anos mais recentes, e nos carregando de argumentos para construir a lógica do compromisso histórico do Estado com a esfera financeira. Nesse sentido, o quarto período inicia-se com o abandono dos resquícios do modelo desenvolvimentista no Brasil em prol de um discurso crescente neoliberal, que, de acordo com Carinhato (2008), passou a perscrutar as economias da América Latina posteriormente às economias dos países centrais, num formato adaptado para essas nações economicamente periféricas. Num contexto em que mundialmente a alocação neoliberal já era hegemônica e fruto de uma tentativa dos governos Thatcher e Reagan de recuperação econômica, necessária graças à ampla recessão em função da crise do modelo econômico do pós-guerra, as medidas neoliberais que passaram a ser adotadas pressupunham “a manutenção do Estado forte na capacidade de romper com o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro” (CARINHATO, 2008, p. 38), porém dando um passo atrás no que tange aos gastos sociais e intervenções na economia. Essas que se traduziram no Brasil como uma oposição ao desenvolvimentismo, também com a renegociação de dívidas externas e o acesso aos mercados internacionais, ou seja, uma primazia copiosa do mercado.

Internacionalmente era difundido, não por acaso, por Margaret Thatcher no Reino Unido, o *slogan* TINA (*There is no alternative* – não há alternativa), isto é, o indicativo de que o regime neoliberal era o único capaz de surtir o efeito econômico de recuperação que se esperava e que, sobretudo, não adiantava lutar contra ele, além de que qualquer outra visão afora essa geraria estragos ainda maiores, portanto, sustentando o “ato heroico” de que, por exemplo, a redução de gastos públicos garantiria vantagens a todos futuramente (BOLZAN, 2010; SCHONS, 2020).

Ora, o realismo capitalista incrustado nesse *slogan* neoliberal se encaixa no que foi a experiência brasileira no início desse regime nos governos Fernando Collor e FHC (Fernando Henrique Cardoso), no sentido de que era, no discurso, irrefutável adentrar essa perspectiva, como “uma senha de entrada num mundo pleno de vantagens e benefícios sociais e econômicos irrecusáveis” (CAFFÉ; BRUNO, 2017, p. 1035) que far-se-ia valer ainda mais após os longos períodos de recessão e instabilidade monetária que foram os anos 1980. Aqui começam as reformas dentro do aparato do setor público, redefinindo seu papel na economia. Caffé e Bruno (2017) indicam quais foram essas mudanças na forma de organização influenciadas, ou melhor, compulsoriamente realizadas nos moldes do Consenso de Washington:

a) privatizações e desnacionalizações de grandes empresas estatais; b) reconfiguração da forma de inserção internacional; c) reforma monetária com a implementação do Plano Real e medidas de sustentação da acumulação bancária e financeira; d) reformas de ordem política; e) reforma no sistema de seguridade social; f) reforma do sistema tributário; g) reforma administrativa. (CAFFÉ; BRUNO, 2017, p.1036)

Já no quinto período, referente aos governos Lula e Dilma, havia sondagens de grandes mudanças na condução das políticas econômicas com o Partido dos Trabalhadores (PT) à frente das decisões, mas, na realidade, elas não mudaram. O que aconteceu é que as medidas que passaram a se pautar eram voltadas à continuidade da inserção subordinada à financeirização mundial, já que mantém-se as altas taxas de juros, é feita uma reforma previdenciária ao funcionalismo público, reforma da lei de falência priorizando credores e outras providências para favorecer a abertura financeira (PAULANI, 2010). O que se tem é uma contradição, na qual se revela a guarda de políticas em favor do rentismo financeiro, somado à reprimarização da pauta de exportação, ao mesmo tempo em que se tenta avançar na formulação de políticas sociais e redistributivas, sustentando a acumulação financeira em um novo patamar, que envolve a ampliação do circuito no qual ela ocorre (CAFFÉ; BRUNO, 2017).

Por fim, no sexto período, consegue-se observar uma entrega total do Estado à perpetuação da dominância financeira, que, a partir de Caffé e Bruno (2017), entende-se por regime “fisco-financeiro”, no qual as finanças públicas subordinam-se às finanças privadas e ao padrão internacional que lhe tira autonomia (no sentido de poder assumir uma política afora a indicada pelo *mainstream* ou a uma estratégia de desenvolvimento nacional) (BRUNO, 2018).

Para exemplificar, temos como desculpa para a busca de superávits fiscais primários logo após o golpe que retirou Dilma Rousseff da presidência, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, que iniciou a formulação, do que viria a ser no governo posterior, da reforma da previdência social, e a PEC do teto de gastos públicos ou a PEC 55, que, na sua

forma (mas não no discurso), efetivou a desvinculação dos recursos nas áreas da saúde e educação, quando passou a alterar o valor mínimo destinado a elas a ser ajustado apenas pela inflação anterior (CARVALHO, 2018; CAFFÉ; BRUNO; 2017). Ou seja, medidas que diminuem o potencial efeito de políticas públicas destinadas aos trabalhadores e o direciona ao mercado, mais especificamente à esfera financeira. Além disso, podemos citar a reforma trabalhista em 2017, que flexibilizou as relações de trabalho, precarizando-as enormemente e que, conseqüentemente, deu ao setor privado mais poder na relação capital-trabalho (RIBEIRO; LOURAL; AMARAL, 2020), algo do que passamos a tratar em seguida.

3. Neoliberalismo no Brasil e reforma trabalhista

O neoliberalismo passou a ter uma posição relevante no Brasil a partir da década de 1990, durante os governos Collor e FHC, após o período de redemocratização no país. No governo de Collor, os ideais neoliberais são as bases da sua política, principalmente no que diz respeito às privatizações e às pautas relacionadas ao comércio exterior. Entretanto, o alcance de tais políticas se vê limitado frente à resistência dos movimentos da classe trabalhadora, estimulada por uma melhora na qualidade de vida e trabalho.

Não obstante, é com o governo de FHC que o neoliberalismo atinge novos contornos e amplitude, com a expansão das medidas orquestradas pelo governo Collor, sendo consolidado como ideologia hegemônica, fundamental para direcionar as ações do governo. Os sindicatos patronais e organizações empresariais do Brasil, como a CNI (Confederação Nacional da Indústria) e a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), foram uma das principais forças sociais que reivindicavam o caminho neoliberal, cujos argumentos eram baseados na defesa pela competitividade, aumento de produtividade e crescimento da taxa de emprego. Com efeito, as regulamentações logradas através das conquistas dos trabalhadores foram alvos da crítica realizada pelas organizações empresariais, de modo que a regulamentação estatal ou o “intervencionismo” prejudicava o processo de contratação dos trabalhadores e acordos sobre remuneração. O objetivo principal da política neoliberal do governo FHC foi o ataque às legislações trabalhistas, deixando as legislações referentes aos sindicatos em segundo plano.

Galvão (2003) descreve com precisão como a conjuntura favoreceu a concretização da reforma trabalhista. Os indicadores econômicos e sociais no Brasil apresentavam níveis preocupantes que serviram de argumento para sustentar a necessidade da reforma. Essa conjuntura, marcada pelo desemprego e precarização, fora utilizada como tática pela classe dominante que exitosamente, com a ajuda da mídia, corrompera até mesmo as organizações

trabalhistas que defenderam o discurso neoliberal, convencidas das razões apresentadas pelos seus opositores, como se a adesão ao neoliberalismo fosse o único caminho para solucionar os problemas estruturais do modo de produção capitalista.

No intervalo de 2003 a 2016, o Brasil vivenciou um período de transformação nas condições econômicas e sociais com os governos Lula e Dilma. Ambos representantes do Partido dos Trabalhadores, com características de melhora da qualidade de vida dos trabalhadores, em razão das concessões oferecidas pela classe dominante. Vale retomar uma das ideias oferecidas por Poulantzas (1972, p. 194) que pode ser aplicada aqui, de que, após os candidatos das classes dominantes perderem no processo eleitoral,

Esse Estado (Capitalista) permite, pela sua própria estrutura, as garantias de interesses econômicos de certas classes dominadas, eventualmente contrários aos interesses econômicos a curto prazo das classes dominantes, mas compatíveis com seus interesses políticos, com sua dominação hegemônica.

De tal modo que, por intermédio dessas concessões, ocorra a desorganização política das classes dominadas. Garantir a concretização das reivindicações da classe dominada, é condição para a classe dominante manter sua hegemonia sobre o “poder político e o aparelho de Estado permaneçam intactos” (POULANTZAS, 1972, p. 195). Sendo assim, a garantia de determinados direitos para as classes dominadas é um instrumento para a manutenção de seu poder no interior do aparelho de Estado.

Mesmo que vedada tal condição, visto que um governo representante da classe trabalhadora esteja no poder do Estado, a classe capitalista manteve forte influência nas decisões sobre política econômica, visto que os setores empresarial e bancário estavam presentes na tomada de decisões da equipe de governo do PT. Como também havia forte presença de partidos políticos representantes da classe empresarial nos principais espaços de decisão, como o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas.

De fato, os governos petistas melhoraram as condições de vida da classe trabalhadora. Do mesmo modo, as condições da classe capitalista foram beneficiadas, uma vez que a lucratividade desses setores sociais aumentou. Por fim, os governos do PT tiveram êxito no que diz respeito à mediação do Estado na luta de classes, visto que se alinharam com as classes dominantes, uma vez que deram continuidade ao processo de dominação e concessão de privilégios aos capitalistas.

Contudo, o governo de Dilma, em 2016, sofreu um golpe de Estado articulado por setores sociais por intermédio dos partidos políticos representantes das classes fundiária, empresarial e rentista, em associação com a mídia burguesa e alguns setores do poder Judiciário

e Executivo, que a destituíram do poder. Esse episódio transparece as contradições que se condensavam no interior da formação social brasileira, com o neoliberalismo como instrumento de dominação, enfraquecendo a organização da classe trabalhadora e fortificando o poder e permanência do bloco no poder instaurado no Brasil. Não é objeto nosso analisar as frações das classes dominantes. Entretanto, desde a redemocratização, o bloco no poder se reconfigurou conforme as emergências dos diferentes tipos de capital.

Após sua destituição, seu vice-presidente Michel Temer, representante do PMDB, vinculado historicamente à ala direita da luta de classes, tornou-se presidente. Uma de suas primeiras ações foi instituir uma reforma trabalhista e previdenciária, apresentando os mesmos motivos citados no tópico anterior: elevado gasto com programas sociais, mercado de trabalho e financeiro com regulação, e inflação.

Com influência sobre o Congresso Nacional, a reforma trabalhista em 2017 foi instituída e, com ela, muitos direitos conquistados pelos trabalhadores foram flexibilizados. Há também que se admitir o fracasso que a organização da classe trabalhadora experimenta, uma vez que sua condição como classe e força social se enfraqueceu. Não nos cabe aqui a análise dos artigos que compõem a reforma. Sem embargo, vale apresentar a ideia geral que sustenta sua formulação, baseada em um

Tripe que abrange: a ampliação de dispositivos que permitem flexibilizar a utilização do tempo de trabalho, das formas de contratação e de remuneração em favor do empregador; a fragilização das instituições públicas e da organização sindical, estimulando a definição das regras de forma descentralizada e até individualizada; e a individualização dos riscos, avançando na lógica de inculcar nos trabalhadores a noção de empregabilidade e responsabilização pelos riscos existentes na vida laboral. (FREGNANI; KREIN, 2019)

Com isso, a vitória do neoliberalismo e do bloco no poder, com auxílio da mídia, sobre a classe trabalhadora é incontestável. Tais medidas não apresentaram melhora significativa nos indicadores econômicos e sociais, mas, em alguns aspectos, sua piora. O triunfo neoliberal aumentou a precarização do trabalho, a desorganização da classe trabalhadora, a pobreza e a desigualdade.

4. Do Toyotismo à uberização

Historicamente, o processo de acumulação de capital em nível mundial sofreu significativas transformações, que afetaram e influenciaram diretamente o campo da produção e também as relações de trabalho existentes. Compreendemos que as relações econômicas e

sociais são mutáveis, sendo influenciadas e influenciando diversas variáveis (como as ideologias, o direito, as ações do Estado) paralelamente.

A partir de meados da década de 1970, o modo de produção fordista, baseado na tentativa de assegurar e expandir o consumo das massas, fator que requeria, em última instância, elevados graus de investimento em capital fixo e também altos custos variáveis, foi extinto. A partir deste período, observa-se a ascensão do Toyotismo como determinante do *modus operandi* da acumulação capitalista. Podemos dizer que o Toyotismo, entendido como uma nova forma de organização industrial, é pautado na tentativa de aumentar a acumulação capitalista a serviço da financeirização a partir de três pontos: ajustar a produção à demanda, eliminando diversos custos fixos e com estoques; diminuir a dependência do trabalho não especializado, aumentando-se a utilização de trabalho morto (máquinas e equipamentos oriundos de maiores volumes invertidos) e exigindo-se cada vez mais trabalhadores qualificados e, para além disso, tornar a relação entre capital e trabalho mais flexível.

Desta forma, o processo de acumulação capitalista nos moldes da fase financeirizada em curso, sob a égide do Toyotismo, impacta diretamente todas as estruturas econômicas nacionais ao mesmo tempo que reforça as estruturas da divisão internacional do trabalho, acentuando as tendências do chamado crescimento desigual. Apesar de tudo, destacamos que este impacto ocorre de forma diversa e com intensidades diferentes nas economias centrais e periféricas. No primeiro tipo de economia, a existência de maior capacidade produtiva e maiores níveis de produtividade da mão-de-obra constitui um impeditivo para que alguns efeitos maléficos do Toyotismo apareçam, como é o caso do aumento do desemprego e informalidade, ou, no mínimo, retarda e diminui a intensidade destes. No segundo tipo, os efeitos da acumulação flexível, baseada na produção toyotista, tende não somente a diminuir a quantidade de empregos formais, aumentando-se a informalidade, como a transformar e precarizar as condições de trabalho de forma mais efetiva, gerando diversos problemas socioeconômicos para as sociedades periféricas.

Defendemos que o “novo modo de acumulação” é responsável pelas enormes mudanças nas relações existentes entre capital e trabalho. A necessidade de elevar a produtividade do trabalho e diminuir custos de forma constante faz com que se observe uma elevação da procura e necessidade de aumentar a utilização do trabalho morto no processo produtivo, ao mesmo tempo em que se diminui a necessidade de trabalho vivo, priorizando-se a qualificação individual e não a quantidade de trabalhadores, fator que gera elevados índices de desemprego. A existência de elevados índices de desemprego, por sua vez, leva, ao mesmo tempo, ao aumento da informalidade, à elevação de novas formas de trabalhos precarizados e à diminuição

dos custos com a mão-de-obra. É a partir da compreensão desse fenômeno global que avaliamos a uberização no mundo e no Brasil.

Antes de definir uberização, é válido apontarmos o que compreendemos por informalidade e precarização do trabalho. Quando nos referimos ao *setor* informal, estamos falando de um componente da estrutura produtiva de determinada região; quando nos referimos a *emprego* informal, estamos qualificando um tipo determinado de posto de trabalho (AMITRANO, 2017). Os empregos informais são aqueles em que o trabalhador não possui vínculo empregatício formal sendo contemplados “os assalariados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores autônomos, sendo este último ainda desmembrado em conta própria, trabalhadores não remunerados e empregadores informais” (AMITRANO, 2017, p. 6-7).

A CEPAL, em 2004, se propôs a debater acerca do setor informal e de sua influência nas economias latino-americanas, oferecendo uma classificação das atividades do setor informal conforme seus objetivos; assim, temos que:

Tales actividades, definidas siempre como aquellas que se producen fuera del ámbito de la regulación del Estado, pueden tener por objeto, en primer lugar, la supervivencia de una persona o de un hogar a través de la producción directa con fines de subsistencia o de la mera venta de bienes y servicios en el mercado. En segundo lugar, pueden estar orientadas a mejorar la flexibilidad de la gestión y reducir los costos laborales de las empresas del sector formal a través de la contratación "fuera de plantilla" y la subcontratación de empresarios informales. En tercer lugar, pueden estar organizadas por pequeñas empresas con el objeto de acumular capital, aprovechando las relaciones de solidaridad que puedan existir entre ellas, la mayor flexibilidad y los menores costos (PORTES; HALLER, 2004, p. 12-13)

Os três tipos de informalidade não são excludentes, e, não raro, coexistem dentro de uma mesma relação de trabalho. Desta maneira, compreende-se que, seja qual for o objetivo pelo qual a informalidade existe em determinada economia, o setor informal é responsável por auxiliar e potencializar diversas formas de acumulação de capital. Esse tipo de trabalho existe de diversas maneiras, sendo mais ou menos precário, e mais ou menos reconhecido como “trabalho”, de acordo com os costumes de cada região e sociedade. A International Labour Organization (ILO) destaca que:

More than 6 workers among 10 and 4 enterprises among 5 in the world operate in the informal economy. Contrary to the old forecasts, informality has not diminished over time and is even increasing in many countries. Informal economies are typically characterized by a high incidence of poverty and severe decent work deficits. Without formalization, decent work for all and equity in society will remain an illusion (ILO,2021).

De modo geral, o setor informal é associado à precarização do trabalho, pois dificulta que os direitos trabalhistas do trabalhador sejam efetivamente cumpridos, além de impactar (e muitas vezes impactando) em sua jornada de trabalho e nos níveis de remuneração. De acordo

com os dados disponibilizados pela ILO (2021), na última década, a proporção do trabalho informal no total de empregos foi enorme e, em 2019, cerca de 47,9% de todos os empregos eram informais no Brasil. Além da grande participação do trabalho informal, o Brasil apresenta, desde 2015, elevados níveis de desemprego, que, em 2019, compreendia 12,2% da força de trabalho brasileira. (ILO, 2021)

Para além da informalidade, o final do século XX e início do XXI marca o surgimento de novas formas de controle, gerenciamento e organização do trabalho, que se ampliam e passam a ganhar cada vez mais relevância a partir da mediação das plataformas digitais (ABÍLIO, 2020). A uberização pode ser entendida como um processo de precarização e informalização do trabalho que se reproduz a partir da negação da existência de vínculo de trabalho daquele que labuta ou presta serviços.

Defendemos que a negação dos vínculos de trabalho constitui uma etapa avançada das necessidades de flexibilização do trabalho advindas do Toyotismo, pois tal recusa significa, em última instância, o não reconhecimento dos direitos trabalhistas historicamente conquistados, além da possibilidade de precarizar, cada vez mais, o trabalho e exigir cada vez mais do trabalhador. Desta maneira, para compreendermos o fenômeno da uberização, que ultrapassa, de diversas maneiras, a informalidade ou as terceirizações, temos que abordar alguns aspectos vitais: o primeiro acerca dos modos de gestão baseados na uberização; o segundo trata-se da forte ideologia que assegura a reprodução desses modos de gestão e, em terceiro lugar, a ação do Estado frente a esta precarização.

4.1. A uberização enquanto modo de gestão empresarial

O termo uberização se popularizou a partir das ações e modos de agir da empresa Uber. Esta empresa, assim como muitas outras, além de não reconhecer seu papel como empregadora daqueles que trabalham exercendo suas atividades fins, defende, em essência, que sua principal função é a de mediar e conectar a demanda por determinados serviços com aqueles que o oferecem. Deste modo, a empresa não reconhece nenhum vínculo formal de trabalho com aqueles que prestam serviços em seu nome; ao contrário, ela defende que são os trabalhadores autônomos que utilizam seus serviços para encontrar a demanda. Disto surgem dois aspectos centrais: o primeiro é a inexistência de qualquer obrigação trabalhista da empresa para com aqueles que exercem os serviços em seu nome, visto que são considerados autônomos que possuem flexibilidade para escolher se, quando e, de certa forma, como trabalham em uma relação de parceria. O segundo é de que o trabalhador recebe de acordo com a demanda, sendo remunerado apenas pelos serviços que realiza. Assim, a empresa baseia suas ações na defesa da

ideia de que o autônomo goze de extrema flexibilidade, sendo beneficiado mesmo que inexistir relação e obrigação trabalhista entre a Uber e o trabalhador. Tal ideia já está implícita no próprio *site* da empresa, que, através do *marketing*, busca convencer novos “autônomos” a serem parceiros da Uber. Ela diz: “oportunidades onde é que você esteja: Aproveite ao máximo o seu tempo ao volante com solicitações da maior rede de usuários ativos” (UBER, 2021).

Apesar da tentativa constante das empresas como a Uber de se colocarem como prestadoras de serviços para autônomos, possibilitando a obtenção de rendas elevadas com elevado grau de flexibilidade, a realidade se mostra muito distinta do que é pregado. Em concordância com o demonstrado por Abílio (2020) e Antunes (2020), compreendemos que a tentativa de caracterização do trabalhador como trabalhador autônomo que desfruta dos serviços das diversas plataformas nada mais é do que um modo de mascarar as relações de trabalho existentes. Essa prática, na realidade, possibilita que as empresas auferem maiores lucros, a partir da redução de custos fixos e variáveis, que são transferidos ao autônomo, e da superexploração do trabalho, que passa a ser cada vez mais frequente, resultando no aumento das jornadas de trabalho e do pagamento de remunerações cada vez menores por trabalho realizado (ABÍLIO, 2020). Isso ocorre pois, de acordo com Antunes (2020, p. 29),

A negação do assalariamento é elemento central da estratégia empresarial, pois, sob a aparência de maior autonomia (eufemismo para burlar o assalariamento e efetivar a transferência dos riscos), o capital busca, de fato, ampliar o controle sobre o trabalho para recrudescer a exploração e sua sujeição.

O autor segue e aborda outro elemento vital para compreender as implicações da negação da existência de vínculos trabalhistas:

Negar a condição de assalariamento é uma estratégia chave na gestão do trabalho, pois, ao precarizar (negando direitos e garantias) e transferir os riscos o/as trabalhadores/as, acaba por trazer novas dificuldades para a organização e resistência às determinações do capital, acentuando, inclusive, sua subsunção (ANTUNES, 2020, p. 33).

A defesa da “autonomia” dos trabalhadores é vital para a própria forma de existir das empresas-aplicativos, pois o reconhecimento de vínculos trabalhistas afetaria não apenas o *modus operandi* dessas empresas, como colocaria em xeque a forma de controle e organização dos trabalhadores adotadas por elas. Em suma, a falácia de existir enquanto mediadoras que possuem controle dos meios tecnológicos para conectar oferta e demanda por determinado serviço é vital para a manutenção das formas de subordinação e controle do trabalho que possibilitam que essas empresas sejam extremamente lucrativas (ABÍLIO, 2020). Os elevados volumes de lucratividade existentes não são explicados apenas pela inexistência de obrigações

e encargos legais em relação àqueles que prestam serviços. Junto com a negação dos vínculos trabalhistas, outros dois fatores permitem que esse modelo de negócio seja extremamente vantajoso para as empresas-aplicativos. Em primeiro lugar, a grande lucratividade existe porque os custos fixos com os utensílios do trabalho são transformados em custos dos trabalhadores autônomos, que passam a arcar também com riscos dos trabalhos. Em segundo lugar, o entendimento do trabalhador enquanto trabalhador autônomo que recebe de acordo com os serviços demandados que sana é responsável por criar uma competição entre trabalhadores autônomos, ao mesmo tempo que possibilita a precarização do trabalho a partir de menores remunerações por serviço realizado. De acordo com Antunes (2020, p. 34),

Há uma espécie de leilão invertido que coloca os/as trabalhadores/as em concorrência permanente, na busca por um novo labor a ser executado. Criam-se mercados de trabalho no interior de cada empresa, visando ao enfraquecimento do poder de barganha da força de trabalho.

Tal competição entre trabalhadores autônomos é estimulada pelas diversas empresas-aplicativos que se utilizam do enorme potencial de vigilância e controle oferecido pelas tecnologias de informação e comunicação que possuem. Este controle das tecnologias permite que a empresa molde, através de diversos mecanismos (como sistemas de bonificação, de recompensar, maior conexão com a demanda para determinados trabalhadores etc.), o comportamento do trabalhador. É a partir do controle oferecido pelas tecnologias que as empresas-aplicativos conseguem não apenas que o trabalhador realize as atividades requeridas seguindo determinado padrão de qualidade, mas, principalmente, estimular o autônomo a trabalhar precarizado ou a assumir mais riscos para realizar seu trabalho. Para Antunes (2020, p. 33), a utilização das tecnologias de informação e comunicação constitui uma novidade nesta nova forma de organização do trabalho pois permite que as empresas

Utilizem essas ferramentas como instrumental sofisticado de controle da força de trabalho, de que são exemplos o registro em tempo real da realização de cada tarefa, velocidade, local e movimentos realizados; a mensuração das avaliações; tudo sob o aparente comando dos algoritmos.

A partir do exposto, explicitamos que a uberização constitui um novo modo de organização e gestão do trabalho, baseado na utilização das tecnologias de comunicação e informação para controlar trabalhadores cujos vínculos empregatícios são negados. A negação do vínculo trabalhista se camufla sobre o discurso de autonomia do trabalhador, e tem por objetivo transferir custos e riscos para o autônomo ao mesmo tempo em que as empresas-aplicativos se colocam no papel de mediadoras responsáveis por conectar o autônomo àqueles

que demandam seus serviços. O autônomo, que não conta com nenhuma garantia trabalhista, nem mesmo salário mínimo, e que é obrigado a arcar com os custos dos instrumentos de trabalho, corre diversos riscos para exercer o trabalho como “parceiro” da empresa-aplicativo. Desta maneira, o autônomo é obrigado a adotar estratégias pessoais de trabalho que lhe garantam não apenas o necessário para sua sobrevivência, mas que também consigam cobrir com os custos inerentes a seu trabalho e acumular reservas por conta da inconstância da renda, visto que recebe de acordo com a demanda. Isso resulta em um trabalhador inseguro que é estimulado a adotar jornadas cada vez mais elevadas para suprir suas necessidades pessoais, dentro de um ambiente de concorrência elevada e com normas de distribuição da demanda e pagamentos definidos pela empresa-aplicativo.

A empresa, por sua vez, contando com uma gigantesca massa de trabalhadores pronta para oferecer seus serviços, sem correr muitos riscos, assegura elevada lucratividade, tendo seus custos extremamente reduzidos, por conta dos maiores encargos dos trabalhadores autônomos, ao mesmo tempo em que possui condições de determinar o preço pago por seu trabalho de “mediação”, o preço do serviço realizado pelo trabalhador, as condições de serviço etc. Contraditoriamente, em essência, é a empresa que possui extrema flexibilidade de escolha, e não o trabalhador.

Fica claro portanto, que esta nova forma de trabalho denominada uberização existe e se expande a partir da negação dos vínculos trabalhistas sobre o discurso de autonomia do trabalhador. Para que se neguem os vínculos trabalhistas e a existência de obrigações trabalhistas da empresa para com o trabalhador, faz-se necessário convencê-lo de que o autônomo se encontra realizando serviços em uma condição de parceria, de modo que se negue a relação de subordinação e se ressalte a existência de uma relação entre empresa-aplicativo e empresário individual. A ideologia apresenta um papel central na legitimação desta forma de superexploração mascarada.

4.2. A importância da ideologia na construção do discurso de autonomia do trabalhador

O desemprego, os trabalhos informais cada vez mais precários e os trabalhos terceirizados são elementos que compõem a estrutura econômica de todas as economias periféricas, como apontado no caso do Brasil. É dentro de um contexto em que o número de trabalhos formais se torna cada vez mais limitado, juntamente com a necessidade de cada vez mais flexibilidade por parte das empresas, que ganha força a ideia de denominar qualquer indivíduo que tome alguma ação com objetivo de obter uma renda de empreendedor. As ideias inerentes ao discurso do empreendedorismo passam a ser disparadas para as massas como forma

de possibilidade de superar as condições socioeconômicas nas quais determinados indivíduos se encontram somente com a iniciativa e a "fé". O discurso do empreendedorismo, ao englobar trabalhadores individuais ou autônomos, reforça uma enorme tendência à informalização ao fazer com que os trabalhadores individuais se sintam como empreendedores, forçando-se a criar estratégias para "lucrar", a partir de regras definidas pelas empresas "parceiras", o suficiente para arcar com os custos e despesas de seus negócios e de sua própria sobrevivência. De acordo com Abílio (2019, p. 4):

O empreendedorismo assume na atualidade usos diversos que se referem de forma obscurecedora aos processos de informalização do trabalho e transferência de riscos para o trabalhador, o qual segue subordinado como trabalhador, mas passa a ser apresentado como empreendedor. Fundamentalmente, trata-se de um embaralhamento entre a figura do trabalhador e a do empresário. Essa indistinção opera de forma poderosa, por exemplo, no discurso da empresa Uber, que convoca o motorista a ser 'seu próprio chefe'.

Em essência, a utilização do discurso do empreendedorismo sobre o trabalhador "autônomo" legitima as novas formas de trabalho que negam, em última instância, os direitos trabalhistas. Quando as relações trabalhistas ou de subordinação do trabalho ao capital se tornam confusas, o poder de negociação e de organização da classe trabalhadora é extremamente afetado. Para além da finalidade de desorganizar a classe trabalhadora, as empresas-aplicativos, ao assimilarem o discurso do empreendedorismo, considerando cada trabalhador como trabalhador autônomo (ou seja, em última instância, como empresários de si mesmos), criam um ambiente de competição entre os trabalhadores precarizados que possibilita um constante processo de precarização do trabalho.

Portanto, o discurso empreendedor é vital para possibilitar a negação de vínculos trabalhistas e o modo de gestão empresarial baseado na uberização. Ao convencer o autônomo de que ele é um empresário e não um trabalhador, os impactos subjetivos são enormes, pois o trabalhador passa a realizar seu autogerenciamento procurando extrair o máximo de sua produtividade, o que beneficia as empresas aplicativos ao mesmo tempo em que reforça as condições de dominação advindas das empresas aplicativos. De toda maneira, além do aspecto ideológico, a negação do trabalho e a uberização necessita da legitimação do Estado para se reproduzir.

Considerações Finais

As novas formas de organização do trabalho que ganham força ou destaque a partir das últimas décadas do século XX não podem ser compreendidas por completo sem que se entenda

o papel que a lógica de acumulação capitalista dominante exerce sobre a ideologia e ideias que são propagadas e defendidas sobre a ação do Estado, sobre a forma de organização industrial, sobre os trabalhadores e também sobre as diversas instituições sociais necessárias para que o processo de acumulação se torne legítimo.

Para compreendermos o processo de uberização foi necessário ressaltar alguns aspectos que consideramos vitais, enfatizando a relação entre a ideologia neoliberal e a forte posição de que se apropriou na tomada de decisão das políticas econômicas, da financeirização subordinada da economia brasileira, do Toyotismo e do surgimento de novas formas de trabalho precarizadas e seu impacto na organização da classe trabalhadora.

A partir da compreensão da existência de uma interdependência e retroalimentação entre esses elementos, entendemos que a forma de acumulação capitalista que passou a ocorrer fortemente na esfera financeira foi responsável por transformar a forma da organização industrial, que, ao mesmo tempo, passa a contar com maiores volumes de capital, além de ter a necessidade de se manter cada vez mais lucrativa e expropriadora de riqueza, sendo esse aspecto vital para a manutenção de sua posição no mercado financeiro. Além disso, levando-se em conta o que desenvolvemos sobre a continuidade, ao longo da história, de um Estado que privilegia o setor financeiro, fica evidente sua atuação atacando os trabalhadores como forma de oferecer vantagens ao capital, possibilidade de maior lucratividade, flexibilidade etc.

A necessidade de estabelecer cada vez mais sua ordenação lucrativa através da acumulação de capital faz com que as empresas procurem aumentar a produtividade por trabalhador ocupado ao mesmo tempo em que tentam diminuir ao máximo seus custos, passando a buscar alternativas, em âmbito global, para atingir seus objetivos. Desse modo, uma das formas de alcance passa a ser através de modificações na estrutura que desfavoreçam a classe trabalhadora em favor da capitalista; a exemplo disso, temos a reforma trabalhista, grande catalisadora negativa das condições de trabalho, que, conjuntamente, também opera diminuindo o poder de barganha dos sindicatos e organizações trabalhistas, de forma a institucionalizar a desregulamentação do mercado de trabalho, além de reforçar mecanismos que pressionam os trabalhadores a qualquer trabalho, sob quais condições forem.

Nessa perspectiva, o Toyotismo ascende como *modus operandi* da acumulação capitalista a partir de 1970. Buscando, de forma constante, diminuir custos fixos e variáveis no processo de produção para potencializar ganhos financeiros, o que faz com que a organização industrial dominante passe a forçar as empresas a adotarem processos produtivos cada vez mais flexíveis, ao mesmo tempo em que buscam elevar sua capacidade produtiva ao máximo. A procura pela elevação da produtividade faz com que crescentes volumes de capital sejam

investidos em capital fixo e em pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias (P&D); concomitantemente, a necessidade e a importância relativa do trabalho vivo tendem a diminuir. Em essência, o Toyotismo como *modus operandi* da acumulação num capitalismo financeirizado é responsável pela intensificação da globalização (em vista da maior flexibilidade e menores custos que ela possibilita), assim como pela elevação do desemprego estrutural e da precarização do trabalho, que ocorre com a informalização, com as terceirizações e, em última instância, com a uberização, que, assim, pode ser considerada uma forma de organização de trabalho extremamente degradante, que tange a condições análogas à escravidão.

A uberização, que é entendida como a forma de organização industrial baseada na negação do vínculo trabalhista e na transferência de custos e riscos para o trabalhador, está presente nas mais diversas profissões e atividades, apesar de ter ganhado destaque a partir da forma de organização das empresas Uber.

O processo de uberização baseia-se, portanto, no discurso de autonomia do trabalhador e tem como resultado três elementos centrais: i) primeiramente o trabalhador passa a se entender como uma espécie de “empresário individual”, que presta serviços às empresas contratantes, passando a concorrer com os outros “empresários individuais” na conquista de trabalho; ii) as empresas, desobrigadas em relação àqueles que exercem trabalho a ela, passa a remunerar os autônomos de acordo com os serviços realizados, ou seja, sob demanda; iii) por fim, o trabalhador autônomo passa a ser entendido como um trabalhador “*just-in-time*”, e, além de arcar com todos os custos, trabalha cercado de incertezas sobre os retornos que irá obter e sem segurança trabalhista nenhuma.

Destarte, o discurso de que o trabalhador uberizado é um autônomo é vital para a manutenção de empresas como a Uber, Ifood, 99, entre outras, que se utilizam delas para passar a ideia de que são mediadoras entre oferta e demanda, não empregadoras. Tal discurso e defesa do caráter das empresas só pode ser legitimado a partir da ideologia e do entendimento legal acerca do assunto. Assim, os ideais neoliberais e o Estado passam a legitimar uma forma precarizadora de trabalho.

Como ressaltado durante o texto, a ideologia neoliberal e seus desdobramentos têm impacto direto na sociedade e nas ações estatais. Em nossa análise, compreendemos que ela age sobre dois elementos vitais: i) na promoção de ideais favoráveis ao discurso de autonomia do trabalhador, a partir da valorização das ideias de empreendedorismo, responsáveis por legitimar a ideia de que o trabalhador uberizado é um “empreendedor individual” em busca do sucesso, ideia essa que resulta no enfraquecimento da classe trabalhadora e de seus direitos

publicamente estabelecidos e conquistados, assim como a sua desorganização e reconhecimento como classe, ao mesmo tempo em que intensifica a competição entre trabalhadores (o que eleva a produtividade e lucratividade das empresas, que, em suma, é uma forma potente de dominação e obtenção de lucros); ii) os defensores do neoliberalismo, ao advogarem um Estado menos participativo na economia, o que, teoricamente, potencializaria as ações do mercado e traria benefícios à população em geral, formulando teorias que levam o Estado a assumir uma postura de austeridade fiscal, na realidade reduz e limita a eficiência de diversos serviços públicos (previdência social, saúde pública, educação, inclusive como forma de aumentar superávit primário e oferecer mais garantias ao capital⁵), vitais para a manutenção da qualidade de vida dos próprios trabalhadores. Para além disso, o Estado é entendido como um instrumento a favor da acumulação de capital e, por isso, compreende-se a ideia de que suas ações, tais como a defesa de uma reforma trabalhista e a defesa da legalidade do discurso de autônomo, são orientadas para beneficiar a acumulação financeira do capital, mesmo que isso signifique legalizar formas de trabalho extremamente precárias e negar direitos trabalhistas historicamente constituídos.

Referências bibliográficas

- ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. **Estud. av.**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, Apr. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000100111&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 mar. 2021
- ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 08 março de 2021.
- AMARAL, Marisa. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. Tese (Doutorado em Economia) – Departamento de Economia da FEA/USP. São Paulo, 2012.
- AMITRANO, C. R.; SQUEFF, G. C. Notas sobre informalidade, produtividade do trabalho e grau de utilização e seus impactos sobre o crescimento econômico no Brasil nos anos 2000. **Nova Economia**, v. 27, n. 3, 2018. Disponível em:

⁵ Faz isso quando obriga as pessoas a buscarem a iniciativa privada para esses serviços.

- <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2981>. Acesso em: 6 mar. 2021.
- ANDERSON, Perry et al. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.
- ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>. Acesso em:
- BOLZAN, Luis Carlos et al. **Ajuste fiscal e o Sistema Único de Saúde na gestão estadual do Rio Grande do Sul**: a política de saúde esvaziada pela ideologia neoliberal. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, 2010.
- BRUNO, Miguel. Textos para discussão UFF/Economia. 2018. Disponível em: http://www.mcct.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/584/2020/11/UFF_TD338.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.
- BRUNO, Miguel; CAFFÉ, Ricardo. Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, p. 01-38, 18 set. 2017.
- CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, v. 2, n. 1, 2008.
- CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. Editora Todavia SA, 2018.
- CHESNAIS, François. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 3, n. 1, p. 185-212, 1998.
- FREGNANI, Ana; KREIN, José. **A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário**, 2019.
- GALVÃO, Andreia. **O neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**, 2003.
- ILO. Informal Economy. International Labour Organization. (2021). Disponível em: <https://www.ilo.org/global/topics/employment-promotion/informal-economy/lang--en/index.htm>. Acesso em: 15/03/2021.

ILOSTAT. International Labour Organization Data. (2021). Disponível em: <https://www.ilo.org/shinyapps/bulkexplorer48/?lang=en&segment=indicator&id=SDG_A821_NOC_RT_A> . Acesso em: 15/03/2021.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política, p. 173-206, 2019 [1867].

MARX, Karl. **O Capital**: Livro III. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017 [1894]. 1226 p. v. 3.

PAULANI, Leda Maria. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), p. 01-14, jun. 2012.

PAULANI, Leda. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. **Estudos avançados**, v. 27, n. 77, p. 237-264, 2013.

PORTES, Alejandro; HALLER, William J. **La economía informal**. Cepal, 2004.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**, p. 194, 1972.

RIBEIRO, Cássio Garcia; LOURAL, Marcelo Sartorio; AMARAL, Marisa Silva. Neoliberalismo *reloaded*: contrarreformas para barrar o social-liberalismo estatal dos governos PT. 2020.

SAES, Décio. **Estado e democracia**: Ensaios teóricos, p. 32, 1995.

SCHONS, Guilherme José. "There is no alternative": ataque ao bem viver, morte da alteridade e fim da história na atopia neoliberal. **Temporalidades**, v. 12, n. 3, p. 436-459, 2020.

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações: Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, p. 78, 2017 [1776].

TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho; FERREIRA, Paula Felix. O capital fictício e crise econômica: visões para um novo paradigma. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 19, n. 2, p. 191-202, 2015.

UBER, **Oportunidades onde quer que você esteja**: Aproveite ao máximo o seu tempo ao volante com solicitações da maior rede de usuários ativos, 2021. Disponível em: <https://www.uber.com/br/pt-br/drive/>. Acesso em: 14 mar. 2021.